

Conclusões sobre o Fomento de Títulos Verdes no Brasil

Elaboração: Chandro Marçal SADJ/SPA

Em linha com o estudo acima da CBI-Sitawi, alguns estudos do LAB, que tratam sobre a emissão de títulos verdes ou ASG para economia brasileira, chegaram às seguintes conclusões:

- Participação de empresas e instituições financeiras no mercado de títulos verdes no Brasil ainda são limitados. A participação de ativos ambientais na carteira de investidores ainda é baixa, apesar da adoção de alguma prática de análise ASG (Ambiental, Social e de Governança) em investimentos já ser efetuada por mais da metade dos investidores respondentes do questionário on-line.
- Grande potencial para emissões e demanda por títulos verdes em setores da economia com potencial de crescimento no país, como os setores de energia renovável, eficiência energética e agroflorestal.
- A principal motivação identificada para emissão de títulos verdes está associada à dimensão financeira, tendo-se em vista a percepção de que o título verde pode vir a gerar um diferencial de preço em relação ao título convencional.
- Os investidores, por sua vez, indicaram que o fator econômico é de grande relevância na tomada de decisão de compra de títulos verdes. As entrevistas com os investidores brasileiros indicaram, no entanto, a disposição dos mesmos a aceitarem uma remuneração ligeiramente mais baixa desde que seja comprovada a destinação dos recursos a projetos ambientais.
- Dentre as principais vantagens de investir em títulos verdes, a maior transparência no uso de recursos e o rigor na elegibilidade de projetos são apontados como fatores mais relevantes.
- Por outro lado, investidores destacam que a competição com isenção fiscal para pessoa física é uma barreira ao investimento. Neste sentido, a harmonização de incentivos fiscais é uma proposta que reverbera entre os investidores.
- É relevante notar que a preferência de investidores quanto ao prazo dos títulos verdes reflete uma visão de curto prazo e maior sensibilidade a incertezas do mercado brasileiro, tendo mais de 3/4 dos respondentes respondido preferir títulos verdes de maturidade até 5 anos.
- Enquanto incentivos regulatórios e regras internacionais mandatórias são consideradas relevantes para emissores, como registro simplificado para títulos verdes, aumento do número de investidores em emissão de esforços restritos regida pela Instrução CVM 476 e redução de exigência de documentação e outras vantagens para empresas menores, opções de políticas públicas discutidas no Laboratório de Inovação Financeira (LAB) apresentadas para desenvolver o mercado de títulos verdes.
- Um programa de emissão de títulos verdes governamentais poderia alavancar o mercado, pelo porte e nível de risco. No LAB, foram avaliadas questões legais e de gestão financeira, tendo-se identificado dificuldades iniciais em fazer emissões soberanas. No entanto, aponta-se para oportunidades de emissão através dos bancos públicos que, por sua vez, financiam projetos na ponta.
- No que se refere ao tipo de avaliação externa preferida (tanto pelos investidores como pelos emissores), o parecer de segunda opinião e a certificação têm destaque.